



Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Ajuste Direto

Procedimento n.º 02/AD/SGEC/2023

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Bolsa de Horas para Serviços de Transporte e Mudanças para a
Secretaria-Geral da Educação e Ciência

ÍNDICE

Parte I - Disposições Gerais.....	3
Cláusula 1. ^a – Objeto do Contrato	3
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	3
Parte II - Obrigações Contratuais	4
Seção I - Obrigações Principais da Entidade Adjudicatária.....	4
Subseção I –Disposições Gerais.....	4
Cláusula 3. ^a – Obrigações da Entidade Adjudicatária	4
Cláusula 4. ^a – Prazo da vigência do contrato.....	5
Cláusula 5. ^a – Local da prestação do serviço	5
Cláusula 6. ^a – Patentes, Licenças e Marcas Registradas	5
Subseção II –Dever e Sigilo e Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais.....	5
Cláusula 7. ^a – Sigilo e Segurança da Informação	5
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever do Sigilo.....	6
Cláusula 9. ^a – Proteção de dados pessoais.....	6
Seção II - Obrigações Principais da Entidade Adjudicante.....	9
Cláusula 10. ^a – Preço Base	6
Cláusula 11. ^a – Condições e Prazos de Pagamento.....	7
Parte III - Condições Contratuais, Penalidades e Resolução	7
Cláusula 12. ^a - Alterações ao Contrato	7
Cláusula 13. ^a – Cessão da Posição Contratual e Subcontratação.....	8
Cláusula 14. ^a – Penalidades Contratuais	8
Cláusula 15. ^a – Resolução Contratual	8
Cláusula 16. ^a – Extinção do Contrato.....	9
Cláusula 17. ^a – Força Maior	10
Cláusula 18. ^a – Boa Fé.....	11
Parte IV - Especificações Técnicas.....	11
Cláusula 19. ^a – Descrição dos serviços	11
Parte V - Disposições Finais	12
Cláusula 20. ^a – Uso de Sinais Distintivos	12
Cláusula 21. ^a – Acessos às instalações.....	12
Cláusula 22. ^a – Resolução de Litígios.....	13
Cláusula 23. ^a – Comunicações e Notificações.....	13
Cláusula 24. ^a - Legislação Aplicável	13

Parte I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto do Contrato

1. O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de bolsa de horas para serviços de transporte e mudanças para a Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC), sendo especificados na cláusula 19.^a do presente CE, e é realizado nos termos da alínea d) do n.º 1.º do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na última redação conferida pelo Dec-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.
2. O presente procedimento insere-se no CPV - 60000000-8 – Serviço de transporte (excl. transporte de resíduos) - para serviços a que se refere a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008 de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato a celebrar:
 - os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - o caderno de encargos;
 - a proposta adjudicada;
 - os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.



Parte II
Obrigações Contratuais

Secção I
Obrigações da Principais da Entidade Adjudicatária

Subsecção I
Disposições Gerais

Cláusula 3.^a
Obrigações da Entidade Adjudicatária

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicatária:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação a que está obrigada, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar os serviços à Entidade Adjudicante, conforme as especificações do presente caderno de encargos;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrar;
 - e) Não alterar as condições da prestação de serviços previstas nas especificações do presente caderno de encargos;
 - f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
 - g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua situação jurídica.
 - h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução;
 - i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações a assumir no contrato a celebrar.

Cláusula 4.^a**Prazo da vigência do contrato**

O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2023 ou quando o preço contratual for atingido.

Cláusula 5.^a**Local da prestação do serviço**

A aquisição da bolsa de horas destina-se à realização de serviços de transporte e mudanças de bens móveis e documentação entre edifícios afetos à SGEC e as áreas governativas da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a saber:

- Palácio das Laranjeiras e seus anexos: Estrada das Laranjeiras nº 205 – Lisboa;
- Armazém de Camarate: Bairro de S. Francisco nº 15 – Camarate;
- Centro de Caparide: Rua Principal do Alto do Espargal nº 382, Caparide, S. Domingues de Rana;
- Avenida Infante Santo nº 2 – Lisboa
- Avenida 24 de Julho – Lisboa
- Avenida 5 de outubro, nº 107 – Lisboa (onde se encontram bens da SGEC)
- Centro Científico e Cultural de Macau – R. da Junqueira nº 30 – Lisboa (onde se encontram bens da SGEC)

Cláusula 6.^a**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

São da responsabilidade da Entidade Adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato a celebrar, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Subsecção II

Dever de sigilo e confidencialidade e Proteção de dados pessoais

Cláusula 7.^a**Sigilo e Segurança da Informação**

1. A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pela Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos,
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que a Entidade Adjudicatária

seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Em especial, a Entidade Adjudicatária obriga-se:

- a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela Entidade Adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
- b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a Entidade Adjudicante considere como de acesso privilegiado.

5. De igual forma, a Entidade Adjudicatária garante que terceiro que utilize na execução dos serviços respeita os deveres referidos.

Cláusula 8.^a

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

Cláusula 9.^a

Proteção de dados pessoais

Os dados solicitados e tratados pela Entidade Adjudicante serão mantidos durante a vigência do contrato, após o qual serão apagados. Apenas poderão ser acedidos para efeitos do estipulado no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Adjudicatário assegura a obtenção e disponibilização do consentimento expresso dos trabalhadores que terão acesso às instalações da Entidade Adjudicante, para a cedência dos dados pessoais suprarreferidos para os efeitos descritos.

Secção II

Obrigações da Principais da Entidade Adjudicante

Cláusula 10.^a

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de 18.200,00 € (dezoito mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço máximo a pagar referido no número anterior resulta das prestações devidas pelos serviços efetivos que vierem a ser realizados e não poderão ser superiores aos preços unitários indicados pela Entidade Adjudicante.
3. O preço referido no número um, inclui ainda todos os custos relativos a encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.
4. Não são permitidas revisões do preço contratual.

Cláusula 11.^a

Condições e Prazos de Pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas mensalmente após a receção das respetivas faturas ou documentos equivalentes, os quais só podem ser emitidos após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas ou documentos equivalentes são liquidados pela Entidade Adjudicante no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção, após recolha dos elementos necessários junto do gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas ou documentos equivalentes, deve comunicar à Entidade Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de novo documento corrigido; o prazo previsto no número anterior ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida nova fatura ou documento equivalente.
4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do CCP.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pela Entidade Adjudicatária não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços prestados.

Parte III

Condições Contratuais, Penalidades e Resolução

Cláusula 12.^a

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os Outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;

- c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 13.^a

Cessão da Posição Contratual e Subcontratação

1. A Entidade Adjudicatária pode ceder ou subcontratar mediante autorização prévia e por escrito da Entidade Adjudicante nos termos dos artigos 317.º a 319.º do CCP.
2. A cedência ou subcontratação referidas no número anterior estão sujeitas a todos os direitos e obrigações relativos à proteção de dados pessoais, cujo tratamento é necessário às finalidades do contrato e da sua execução e nos termos descritos no presente caderno de encargos.

Cláusula 14.^a

Penalidades Contratuais

1. No caso de incumprimento das obrigações imputáveis à Entidade Adjudicatária, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade nos termos dos números seguintes.
2. Será aplicada pela Entidade Adjudicante, uma penalização de 1% sobre o preço contratual, por cada dia de atraso em relação à data acordada para início da prestação de serviço de mudanças, a descontar no preço a pagar, até ao máximo de 20% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas, nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a

Resolução Contratual

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das condições enunciadas nas cláusulas 3.^a e 19.^a do presente caderno de encargos;
 - b) Mora pela Entidade Adjudicatária no cumprimento das obrigações;
 - c) Se for alcançado o valor máximo de penalidades por mora, nos termos do nº 2 da Cláusula 14.^a;

- d) Se a Entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - e) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - f) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;
 - g) No caso da Entidade Adjudicatária prestar falsas declarações;
 - h) Se a Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;
 - i) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis.
2. Para efeitos do disposto na alínea i) do número anterior, a Entidade Adjudicatária deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.
3. Nas situações previstas no n.º 1, alíneas a), b), c) d) e e), a Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para a Entidade Adjudicatária se pronunciar.
4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.
5. A decisão de resolução do contrato é notificada à Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.
6. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma pena igual a 20% do preço contratual.
7. A indemnização a que se refere o número anterior será paga pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato.

Cláusula 16.^a

Extinção do Contrato

São causas de extinção do contrato:

- a) O cumprimento, a impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção

das obrigações reconhecidas pelo direito civil;

- b) A revogação nos termos do artigo 331.º do CCP;
- c) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão da Entidade Adjudicante, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à Entidade Adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerras ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Parte IV

Especificações Técnicas

Cláusula 19.^a

Descrição dos serviços

1. A presente aquisição de serviços de transporte e mudanças entre os edifícios afetos à SGEC e as áreas governativas da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, deverá reunir as seguintes condições:
 - ✓ Viatura fechada com taipal elevatório, porta paletes, carrinho de mão, e o correto acondicionamento e transporte de bens;
 - ✓ Pessoal para carga e descarga dos equipamentos e mobiliário e respetiva desmontagem e montagem de todo o tipo de mobiliário com ferramentas especiais de manuseamento de móveis e material mais frágil;
 - ✓ Equipamento próprio para acondicionamento dos bens e documentação, caixas de cartão cancelado ou PVC, filme autoaderente, fita própria para não marcar com cola, plástico de bolha de esferovite ou papel de embrulho;
 - ✓ Todos os equipamentos e mobiliário, pessoal e viaturas devem estar cobertos pelos seguintes seguros:
 - Seguro de transporte por viatura e viagem;
 - Seguro de responsabilidade civil para a atividade de mudanças;
 - Seguro de responsabilidade por danos corporais e / ou materiais causados a terceiros;
 - Seguro de acidentes de trabalho.
 - ✓ Mudança de escritório;
 - ✓ Bens e arquivos a embalar pela empresa;
 - ✓ Licença de estacionamento;
 - ✓ Policiamento – turno diário; ☐ Sacos de Informática:
 - Caixas de cartão e
 - Labels (per label).
2. Os serviços a prestar serão preferencialmente efetuados mediante agendamento prévio, com a antecedência mínima de 24 horas,

3. Os serviços a prestar poderão ocorrer durante os dias úteis, fins-de-semana (sábados e domingos) e/ou feriados, em horário alargado o qual poderá prolongar-se para o período noturno.
4. Para efeitos do número anterior, considera-se horário noturno o período compreendido entre as 20 horas e as 7 horas e 59 minutos do dia seguinte.
5. Deverão estar disponíveis pelo menos dois colaboradores para dar resposta, no prazo máximo de três horas (180 minutos), a necessidades não programadas e por isso não passíveis de agendamento.
6. A contagem do tempo é feita a partir do momento em que o Adjudicatário sai e regressa às suas instalações, não podendo este corresponder a mais de 30 (trinta) minutos antes do início do serviço e a mais de 30 (trinta) minutos após a sua conclusão.
7. Para efeitos do número anterior as horas de almoço não devem ser contabilizadas como serviço prestado, não sendo cobradas à Entidade Adjudicante.
8. No transporte e mudanças a realizar no âmbito do presente contrato, a Entidade Adjudicante garantirá o acesso às instalações que são necessárias para a execução da prestação de serviços.

Parte V

Disposições Finais

Cláusula 20.^a

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 21.^a

Acesso às instalações

1. Para identificação e admissão dos trabalhadores nas instalações pela Entidade adjudicante, o adjudicatário deve remeter, antes do início da execução do contrato, a lista de trabalhadores e eventuais fornecedores, com os seguintes dados pessoais: nome, número de identificação civil, empresa e matrícula do carro, se aplicável;
2. As entradas e saídas dos trabalhadores são registadas para garantir o controlo do cumprimento dos horários estabelecidos / da segurança das instalações;
3. Os dados solicitados e tratados pela Entidade Adjudicante serão mantidos durante a vigência do contrato, após o qual serão apagados e apenas poderão ser acedidos para efeitos do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);

4. O adjudicatário assegura a obtenção e disponibilização do consentimento expresso dos trabalhadores que terão de ter acesso às instalações, para a cedência dos dados pessoais supra referidos e para os efeitos descritos.

Cláusula 22.^a

Resolução de litígios

As partes convencionam que é competente para a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1. Todas as notificações e as comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações e as comunicações entre as partes devem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Na fase de formação do contrato, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
 - b) Na fase de execução do contrato, pelos meios a que se refere a alínea anterior, ou por telecópia (fax), por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
3. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.
4. Na fase de execução do contrato, as notificações e as comunicações efetuadas pelo adjudicatário através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devem ser confirmadas à Entidade Adjudicante por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de as mesmas se considerarem sem efeito.

Cláusula 24.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes no CCP e demais legislações nacionais e europeias aplicável.